

O que muda com a **PEC 38** 2025

REFORMA ADMINISTRATIVA

Impactos para os Servidores Públicos

A Reforma Administrativa coloca em risco direitos históricos dos servidores públicos, que sempre funcionaram como instrumentos de valorização, proteção contra pressões políticas e garantia da qualidade do serviço prestado à população.

DESPESAS COM PESSOAL

A reforma subordina o crescimento dos gastos com pessoal ao desempenho da arrecadação, transformando a folha de pagamento em variável de ajuste fiscal. Na prática, os reajustes ficam limitados à inflação e a frações do crescimento real da receita, com teto máximo de 2,5% acima da inflação. Isso consolida um regime permanente de contenção de gastos, independentemente das necessidades do serviço público.



CONCURSOS PÚBLICOS

As novas contratações passam a depender de metas fiscais e de planejamento centralizado, restringindo a reposição de servidores. A extinção permanente de cargos fragiliza programas e políticas públicas, além de reduzir a capacidade do Estado de responder às demandas da sociedade.

**VAGAS
LIMITADAS**



CONTRATOS TEMPORÁRIOS E TERCEIRIZAÇÃO

A reforma amplia o uso de vínculos temporários e terceirizados, em substituição aos concursos públicos. Contratos poderão durar até cinco anos, com menos direitos e sem estabilidade, aumentando a rotatividade, a precarização e o risco de interferências políticas na administração pública.



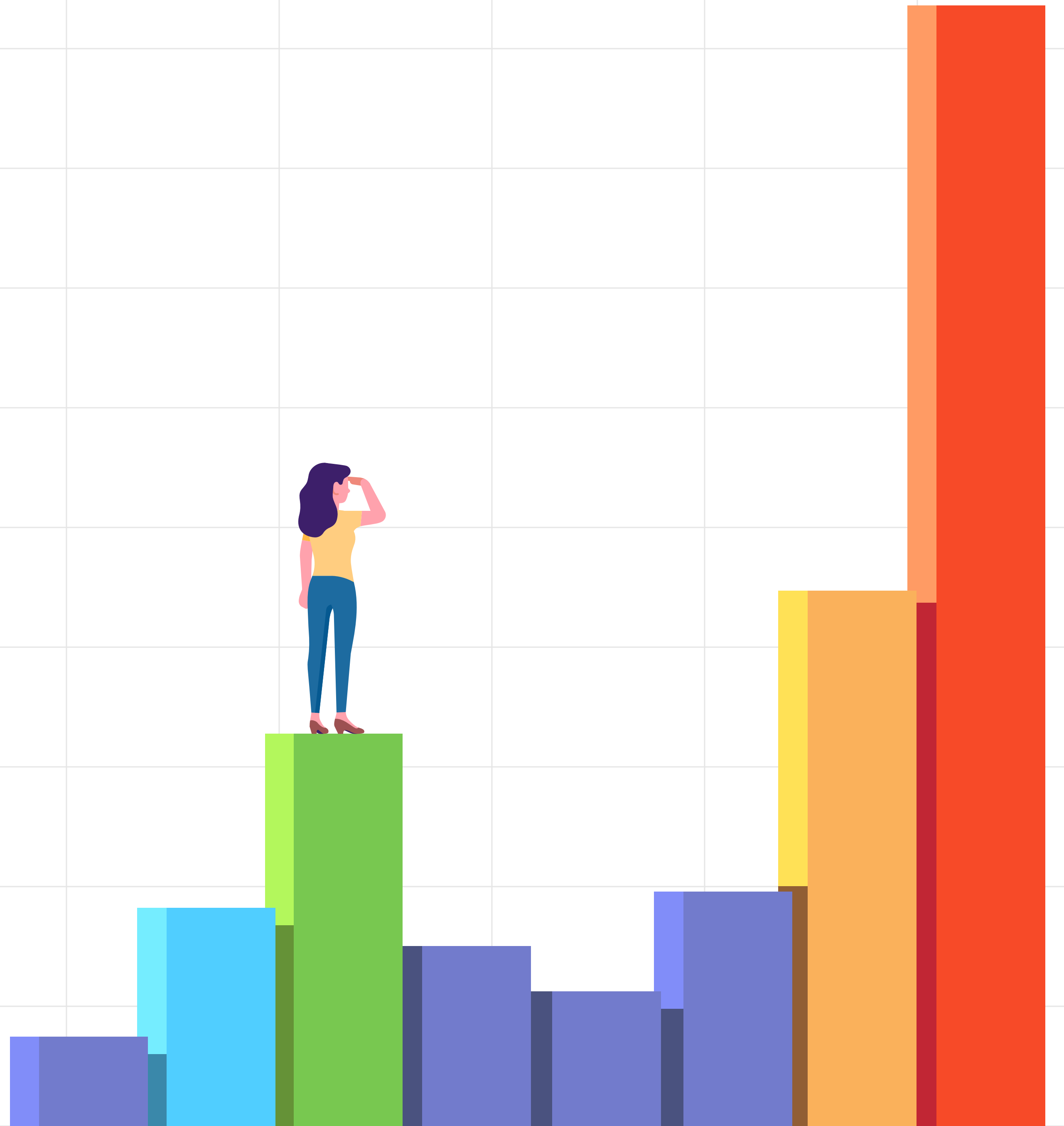
ESTÁGIO PROBATÓRIO

O estágio probatório torna-se mais rígido e punitivo, baseado em metas produtivistas. O servidor passa a depender de avaliações altamente burocratizadas, com risco de uso político, mesmo em contextos de falta de estrutura e sobrecarga de trabalho.



PLANO DE CARREIRA

As progressões ficam condicionadas a metas, avaliações e disponibilidade orçamentária, o que tende a congelar salários e desestruturar as carreiras. O tempo para alcançar o topo da remuneração é artificialmente alongado, e parte do salário passa a depender de bônus instáveis por desempenho.



REMUNERAÇÃO

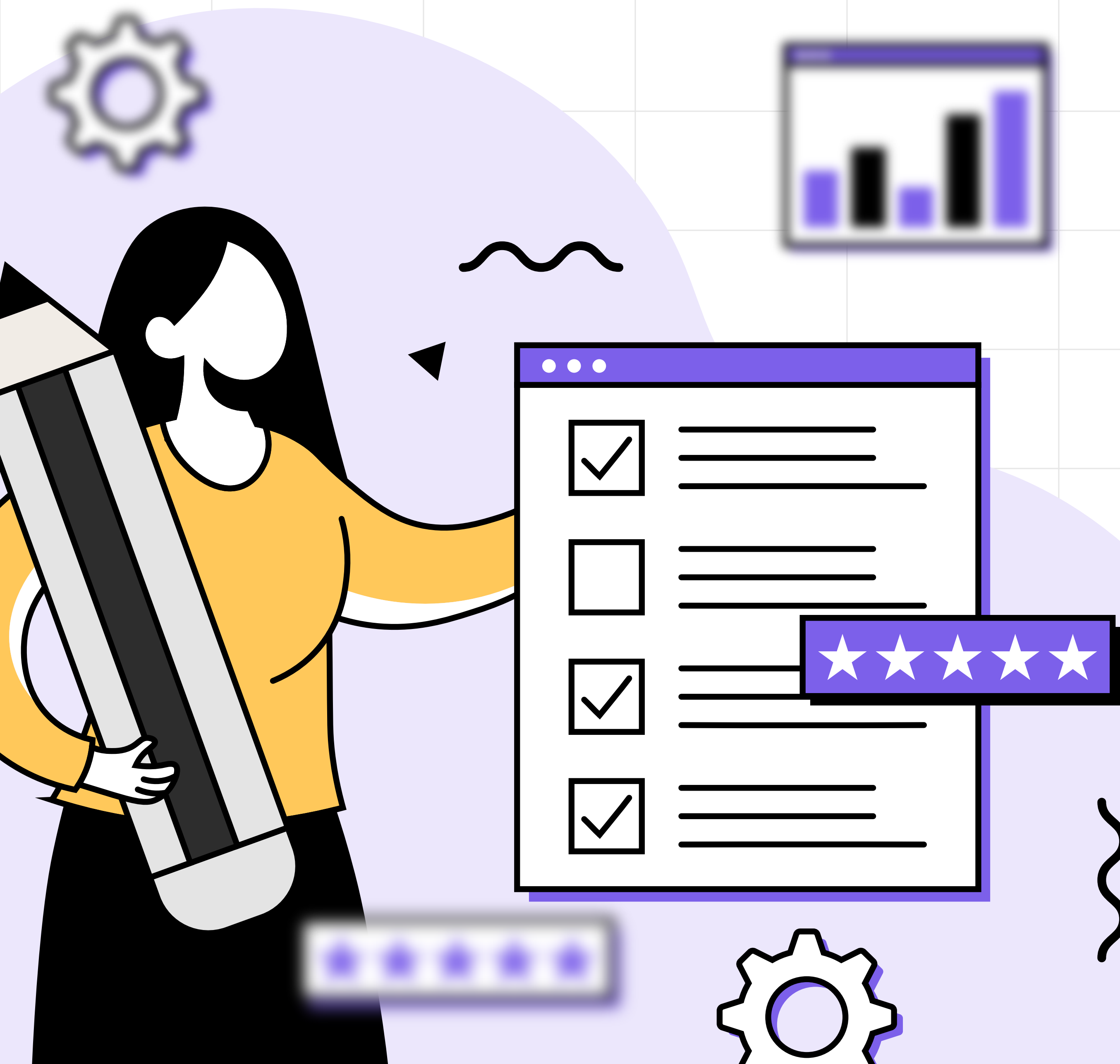
A criação de uma tabela única, sem garantia de reposição inflacionária, promove o achatamento salarial contínuo. A reforma extingue adicionais por tempo de serviço, como triênios e anuênios, que sempre funcionaram como proteção contra perseguições políticas e assédio institucional, além de proibir reajustes retroativos. Com isso, amplia-se a insegurança e reduz-se drasticamente a previsibilidade da vida funcional.



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação passa a ser instrumento permanente de controle, influenciando progressões, remuneração e permanência no cargo. Sem garantias contra interferências políticas, o modelo pode estimular assédio institucional e fragilizar a autonomia profissional.





ESTABILIDADE

Embora formalmente mantida, a estabilidade fica esvaziada ao ser condicionada a avaliações sucessivas e critérios produtivistas. Abre-se margem para desligamentos por avaliações consideradas insuficientes, enfraquecendo a proteção contra pressões políticas.

EXTINÇÃO DE ÓRGÃOS E CARGOS

A reforma autoriza o Presidente da República a extinguir órgãos e cargos por decreto, sob a justificativa de “obsolescência”. Isso representa grave risco de desmonte institucional, descontinuidade de políticas públicas e perseguições administrativas, ameaçando áreas sensíveis como direitos humanos, ambiente e cultura.

An illustration of a document titled 'DECRETO' (Decree) in bold black letters. The document has several lines of placeholder text represented by horizontal grey bars. It is tilted and appears to be part of a larger graphic. In the background, there is a blurred illustration of a building with orange walls and blue windows.

DECRETO

OBRIGADA!

 **denise_pessoa**

 **denise.pessoa.7**

   **denisespessoa**

 **denisepessoa.com.br**

 **(54) 99158-6969**